



CASA BUSCAPÉ FOGOS

Rua Capitão Antonio Pedri, 35 - Fone/Fax: 3273-5608 - Santa Felicidade - Curitiba - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0001-94 Matriz - Loja Inscr. Est.: 101.808.72-66
Rod. Estrada do Cerne - PR 090, KM 22 nº 336 - Bateias - Campo Largo - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0002-75 Filial - Depósito Inscr. Est.: 901.384.57-67

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS -
ARSER**

Pregão Eletrônico nº. 111/2018-CPL/ARSER

Processo Administrativo nº. 1500.013801/2018

A empresa M. A. LUCCA E CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.406.356/0001-94, estabelecida na Rua Capitão Antônio Pedri, nº 35, Santa Felicidade, Curitiba/PR, por meio da sua sócio-administrador, sr. Marcos Aurélio Lucca, inscrita no CPF/MF sob o nº. 713.510.949-04, vem, mui respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar Pedido de Impugnação ao presente Edital.

1. Da Tempestividade e da Legitimidade

Consoante prescreve a legislação que rege a matéria licitatória, especialmente, a Lei Federal 10.520/02 e a Lei Federal nº. 9.8663/93, que regulamentam a modalidade Pregão, e o Item 18 do Edital desta Licitação, a Impugnante cumpre com os requisitos básicos para solicitação do Pedido de Impugnação.

2. Das Razões



CASA BUSCAPÉ FOGOS

Rua Capitão Antonio Pedri, 35 - Fone/Fax: 3273-5608 - Santa Felicidade - Curitiba - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0001-94 Matriz - Loja Inscr. Est.: 101.808.72-66
Rod. Estrada do Cerne - PR 090, KM 22 nº 336 - Bateias - Campo Largo - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0002-75 Filial - Depósito Inscr. Est.: 901.384.57-67

Inicialmente cumpre ressaltar que o processo licitatório deve estar estritamente adstrito ao regulamento jurídico em que é regido, no caso em tela à Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente à Lei Federal n.º 8.666/93 - Estatutos das Licitações e Contratos Administrativos, bem como ao instrumento convocatório que o deu publicidade. Nesse diapasão, o Pregoeiro, como agente público, deve observar o que àquela Lei edita e prescreve, tornando deste modo, aplicador dos princípios norteadores da Administração Pública, especialmente os que são prescritos no artigo 3º do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, que assim dispõe:

[...]

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos. (Grifos Nossos)

[...]

Contudo, não poderá o Pregoeiro realizar os procedimentos licitatórios, em epígrafe, em desconformidade com o prescrito pela Lei e pelo instrumento convocatório, vez que a Pregoeiro está atrelada a estes por imposição legal e legítima.

As ações da Pregoeiro na interpretação das normas disciplinadoras da licitação e na aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93 e Decreto Estadual n.º 4.162/04 deverão sempre em favor da legalidade dos atos administrativos e do interesse público, conforme a seguir demonstraremos na análise detalhada do pleito.

2.1. Da apresentação e averiguação das balsas

O prazo para vistoria das balsas ser de 10 (dez) dias antes da realização dos serviços, conforme exige o subitem 6.2. do Termo de Referência, é SURREAL. O que acontecerá será as balsas forem reprovadas pela Prefeitura de Maceió e/ou Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas? A Prefeitura flexibilizará a exigência técnica das balsas, ferindo o princípio da isonomia, além disso, correndo o sério risco de falhas técnicas na execução da queima de fogos.



CASA BUSCAPÉ FOGOS

Rua Capitão Antonio Pedri, 35 - Fone/Fax: 3273-5608 - Santa Felicidade - Curitiba - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0001-94 Matriz - Loja
Rod. Estrada do Cerne - PR 090, KM 22 nº 336 - Bateias - Campo Largo - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0002-75 Filial - Depósito. Inscr. Est.: 101.808.72-66
Inscr. Est.: 901.384.57-67

Caso seja dado um prazo para a Contratante adequar-se as exigências técnicas o prazo para o réveillon está comprimido. Relembremos, a queima de fogos no réveillon não pode ser atrasada 01 (um) só minuto, deve acontecer no horário previsto, o evento não pode ser prorrogado ou adiado.

Com isso, deve a Prefeitura de Maceió exigir que a Contratante esteja com as suas balsas e equipamentos disponíveis para vistorias no prazo máximo de 30 (trinta) dias ou num prazo maior antes da realização do réveillon, ou seja, a vistoria deveria ser realizada com a máxima antecedência possível.

Quando do oferecimento da Proposta de Preços durante a participação do Certame Licitatório, o licitante já terá tomado conhecimento de todas as exigências e deverá se adequar as diretrizes impostas por esta Municipalidade, e não o inverso. O Município representa o povo de Maceió, e este, sempre estará em primeiro plano.

Essa é a forma mais razoável para defender os interesses da Administração Pública Municipal, evitando lesar a população e turistas que veem a Cidade de Maceió com a expectativa de acompanhar o início de 2019 na Capital dos Réveillons.

Não desejamos que Maceió sejam frutadas pelos impasses na vistoria, aprovação e autorização de funcionamento dos shows pirotécnicos durante a celebração do réveillon.

2.2. Da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica

Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

O TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:

[...]

para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, **às parcelas de maior relevância e valor significativo do**



CASA BUSCAPÉ FOGOS

Rua Capitão Antonio Pedri, 35 - Fone/Fax: 3273-5608 - Santa Felicidade - Curitiba - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0001-94 Matriz - Loja Inscr. Est.: 101.808.72-66
Rod. Estrada do Cerne - PR 090, KM 22 nº 336 - Bateias - Campo Largo - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0002-75 Filial - Depósito Inscr. Est.: 901.384.57-67

objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

[...]

Ora, o objeto da licitação traz especificações técnicas peculiares: i. Show pirotécnico; ii. Show piromusical; iii. Balsa embarcada; iv. Execução em mar aberto.

No entanto, o Edital da Licitação, no que se refere a apresentação de atestado de capacidade técnica exige apenas o atendimento de 02 (dois) destes itens, ignorando e deixando de atender outras duas peculiaridades: Show piromusical e execução em mar aberto.

Vejamos o que diz o texto do Edital:

[...]

5.6. Apresentar Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal que comprove que a licitante tenha executado serviços de **shows pirotécnicos embarcados**, com no mínimo 04 (quatro) balsas, sob as penalidades legais, no caso de declaração falsa ou perfídia.

[...]

Desta forma, o Edital do Pregão Eletrônico não exige Atestado de Capacidade Técnica em condições similares ao serviço ora licitado, correndo o risco de contratar licitante sem expertise o suficiente para a execução dos serviços de show pirotécnico/piromusical do réveillon 2019.

2.3. Da ausência de solicitação de documentos de fiscalização

Por derradeiro, mas não menos importante, verificamos que o Edital do Pregão Eletrônico nº. 111/2018, deixa de exigir documentos de fiscalização específicos a natureza das empresas participantes do certame. Não estão sendo exigidos: i. Alvará/Licença da Delegacia Especializada em explosivos da Secretaria de Segurança Pública do Estado; ii. Alvará do Corpo de Bombeiros Militar do Estado; iii. e Alvará expedido pela Prefeitura Municipal de seu domicílio; todos estes onde conste o ramo de atividade relativo a fogos de artifício.

3. Dos Pedidos

Diante de tudo que foi exposto, pede-se:



CASA BUSCAPÉ FOGOS

Rua Capitão Antonio Pedri, 35 - Fone/Fax: 3273-5608 - Santa Felicidade - Curitiba - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0001-94 Matriz - Loja Inscr. Est.: 101.808.72-66
Rod. Estrada do Cerne - PR 090, KM 22 nº 336 - Bateias - Campo Largo - Paraná
CNPJ: 82.406.356/0002-75 Filial - Depósito Inscr. Est.: 901.384.57-67

- Que seja aceito na integralidade o Pedido de Impugnação apresentada por nossa empresa, devendo ajustar o prazo de apresentação e averiguação das balsas para 10 (dez) dias após a declaração do vencedor do certame; que seja ajustado a redação que exige a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, devendo contar as peculiaridades técnicas deste certame, quais sejam: i. Show pirotécnico, ii. Show piromusical, iii. Balsa embarcada, iv. Execução em mar aberto.; Além da exigência dos seguintes documentos: i. Alvará/Licença da Delegacia Especializada em explosivos da Secretaria de Segurança Pública do Estado; ii. Alvará do Corpo de Bombeiros Militar do Estado; iii. e Alvará expedido pela Prefeitura Municipal de seu domicílio; todos estes onde conste o ramo de atividade relativo a fogos de artifício

Ao tempo que pedimos deferimento.

Curitiba, 06 de novembro de 2018.

M.A.LUCCA E CIA LTDA.
Representante Legal